

APRESENTAÇÃO

Falar sobre cultura de paz remete necessariamente à natureza humana, e ao que está na essência de sermos quem somos. Ser humano não quer dizer que somos naturalmente ou necessariamente pacíficos, tampouco agressivos. O que podemos dizer é que, forçosamente, somos seres sociais e que nossos comportamentos mesclam influências do nosso meio social e de tendências particulares de caráter – ambos sendo contextos passíveis de adaptação e sujeitos a mudanças.

Grosso modo, ser humano significa ser produtor de cultura – termo com vasto alcance semântico e que guarda em sua origem etimológica algo de análogo entre cultivo/aprendizado. Somos seres que moldam o ambiente ao nosso redor, e que também modelam os próprios hábitos e valores de conduta, em meio às relações na sociedade.

Cultura de paz ou cultura de violência são produtos humanos em um sentido fundamentalmente básico. E o ponto da questão está na capacidade de nos tornarmos conscientes e responsáveis sobre a postura que adotamos no mundo. Pois, sempre já estamos nos apresentando com alguma postura no mundo, independentemente de notá-la criticamente para melhorá-la ou de exercê-la espontaneamente sem pesar suas consequências. Nesse contexto, saber é poder – e isso é o que nos permite chegar a ser humanos melhores.

Esta edição da Revista *Com Censo* traz de forma destacada a temática: Cultura de Paz nas Escolas, e coloca para discussão o assunto sobre diversas perspectivas. Temos início com duas ilustres entrevistas. A primeira, com a Lia Diskin, que tem diploma de reconhecimento da UNESCO por contribuições nas áreas de Direitos Humanos e Cultura de Paz, criadora de dezenas de programas assistenciais e socioeducativos, e cofundadora da Associação Palas Athena. A segunda entrevista é realizada com a professora Nair Heloisa Bicalho de Sousa, do Departamento de Serviço Social/UnB e do

Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania (PPGDH/CEAM/UnB), que coordena o Núcleo de Estudos para a Paz e Direitos Humanos (NEP/CEAM/UnB).

O primeiro artigo, **Mediação de conflitos no contexto escolar: avaliando o impacto dos programas de mediação por pares e sua relação com a cultura de paz**, de Bárbara Silva Diniz, analisa o impacto de programas de mediação por pares no contexto escolar, apresentando considerações teóricas sobre os conceitos de educação para a paz, cultura de paz e mediação por pares. Conclui que há evidências de que a mediação por pares produz impactos positivos significativos na autoestima, no senso de valor e liderança de mediadores; diminuindo a violência no contexto escolar e melhorando o clima disciplinar em geral no ambiente escolar.

O segundo artigo, **Percepções sobre mediação de conflitos dos professores da rede pública de ensino do Distrito Federal**, de Claudete Cardoso Pentead, apresenta a percepção dos docentes de dez escolas públicas do Distrito Federal quanto à mediação de conflitos no contexto escolar. Os resultados sugerem que os professores compreendem o que é mediação de conflitos e a consideram importante por sistematizar novos entendimentos, e permitir dialogar com respeito perante as diferenças do outro.

O terceiro artigo, **Uma reflexão sobre o panorama do crescimento populacional no Distrito Federal e a violência no ambiente escolar**, de Ana Maria de Gois Rodrigues, promove uma reflexão sobre a relação entre crescimento populacional do Distrito Federal e o aumento da violência no ambiente escolar, trazendo um panorama das características e da composição da população do DF.

O quarto, **Mediação social: Um caminho para a cultura de paz, emancipação e formação de sujeitos de direitos**, de Gracianni Guimarães Nunes de Oliveira Costa e Adriano da Silva

Costa, desenvolve questões introdutórias sobre cultura de paz, educação em direitos humanos, mediação social e emancipação como ideais a serem conquistados diariamente. Conclui que uma sociedade democrática só faz sentido se pautada numa educação também democrática e libertadora, e a mediação social é uma alternativa para educar em direitos humanos e desenvolver uma cultura de paz.

O quinto artigo, **Do lugar de onde venho a resistência não começa na ocupação, ela vem de antes: As adolescentes e a interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe no contexto das ocupações**, de Aldenora Conceição Macedo e Renata Almeida D'Ávila, analisa como as questões interseccionais das jovens que participaram das ocupações de escolas públicas do Distrito Federal em 2016 interferiram nas relações sociais entre elas estabelecidas, bem como se esses movimentos serviram de espaço de fomento para discussões envolvendo as questões da diferença e desigualdade. Conclui-se com algumas considerações acerca da capacidade crítica e organizacional que a juventude possui, destacando a necessidade de educadores estarem atentos às demandas dos estudantes.

O sexto artigo, **CEF 01 de Brazlândia: Onde a Cultura de Paz e a construção coletiva proporcionam uma educação pública de qualidade**, de Rozane Mendonça Cardoso de Moraes, Douglas Romário de Oliveira Pereira, Micaele de Sousa Rodrigues, Aline Rocha Menezes e Alessandra Alves de Matos, apresenta uma discussão sobre a influência da valorização do espaço físico, dos recursos pedagógicos, humanos e materiais para a oferta de uma educação pública de qualidade aos educandos dos anos finais do ensino fundamental, bem como reflete e analisa como os problemas sociais que circundam a escola podem impactar na aprendizagem dos alunos. Isso é realizado tendo como ponto de partida a realidade vivida nos últimos dez anos pelo Centro de Ensino Fundamental 01 de Brazlândia-DF.

O sétimo artigo, **A disciplina de Direitos Humanos no Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI) como constituidora de sujeito de direitos**, de Márcio Braz Nascimento, busca compreender a efetividade da disciplina de Direitos Humanos no Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI) como instrumento da Educação na constituição de sujeito de direitos. Conclui-se que a efetividade da disciplina de Direitos Humanos contribui para a ampliação da concepção de direitos da juventude no espaço escolar formal e no respeito aos pares, gerando um ambiente favorável à tolerância.

O oitavo artigo, **Educação para as sexualidades: Apontamentos a partir da perspectiva histórico-cultural de Vigotski**, de Fabrício Santos Dias de Abreu, Samuel Brito de Gusmão e Patrícia Lima Martins Pederiva, analisa criticamente a construção ideológica e histórica do preconceito contra homossexuais e seus impactos na constituição desses sujeitos, principalmente aqueles atrelados à vivência da sexualidade e do afeto nos espaços escolares. Defende-se que escola deve incluir em seus projetos político-pedagógicos o combate à homofobia e oportunizar uma educação para as sexualidades não normatizadoras, de modo a propiciar um ambiente acolhedor de respeito e de celebração da diferença.

O nono artigo, **Reflexões sobre a cultura de paz na escola**, de Adeir Ferreira Alves, traz reflexões sobre os fundamentos dos direitos e dos direitos humanos e busca compreender as dinâmicas que envolvem a escola, de modo que dessas reflexões se possa viabilizar uma cultura de paz.

Nesta edição, encontram-se os trabalhos vencedores do prêmio *Maria da Penha vai à Escola* de 2019. O primeiro relato de experiência, portanto, é trabalho que ficou em 1º lugar neste concurso, e leva o título: **A violência doméstica e familiar contra a mulher e as leis que promovem sua proteção**; suas autoras são Luana Nery Moraes, Isabel Santos do Nascimento, Izete Santos do Nascimento e Maria Helenice de Paiva Miranda Teixeira. O texto apresenta o projeto realizado no Centro de Ensino Médio 12 de

Ceilândia por estudantes do 2º e 3º ano, no período de 2018/2019.

O segundo relato, trabalho que ficou em 2º lugar no prêmio *Maria da Penha vai à Escola* de 2019, leva o título: **Projeto Penha está na escola! Construção de rede de proteção às mulheres no CED 310, Santa Maria, DF**, e tem como autora: Vânia Lúcia Costa Alves Souza. O trabalho fala sobre a articulação ao combate à violência contra a mulher que permeou os trabalhos desenvolvidos no Centro Educacional 310 de Santa Maria-DF. E os debates do tema “Violência contra a mulher” ocorridos no espaço escolar.

O terceiro relato, trabalho que ficou em 3º lugar no prêmio *Maria da Penha vai à Escola* de 2019, leva o título: **A vida pode ser um conto de fadas, se dissermos não à violência contra mulheres e meninas**, e tem como autora: Luciene Pereira. Nele, apresenta-se o projeto intitulado “Pelo fim da violência contra mulheres e meninas”, realizado com 150 estudantes matriculados no 7º ano do Ensino Fundamental no Centro de Ensino Fundamental Polivalente.

O quarto relato de experiência, trabalho que também ficou em 3º lugar no prêmio *Maria da Penha vai à Escola* de 2019, leva o título: **Força: Substantivo Feminino**, e tem como autoras: Karla Cristina Meneses do Nascimento e Rejane Pereira Marinho.

Este trabalho apresenta o desenvolvimento do projeto “Força: Substantivo feminino”, realizado na Escola Classe 22 do Gama, onde foram aplicadas sequências didáticas variadas a partir dos conteúdos propostos pelo currículo em movimento para 4º e 5º anos.

O quinto relato, **Escolarização na socioeducação: Uma análise das práticas escolares na Unidade de Interseção de Santa Maria (UISM) no Distrito Federal**, de Rosângela Laurentino Alves e Darliane Silva do Amaral, apresenta um estudo de campo realizado na escola da Unidade de Interseção de Santa Maria, e examina como as práticas escolares no contexto de privação de liberdade são propostas pelos docentes e demais profissionais do Sistema Socioeducativo.

O sexto relato, **O enfrentamento da**

violência contra a mulher no contexto da Educação de Jovens e Adultos: A experiência de uma escola da Cidade Estrutural, de Maria Cristina Mesquita da Silva, Luanna de Sousa Lacerda e Maruska Fernandes Moreira Rios, descreve o desenvolvimento do projeto “Mulher: uma maioria oprimida”, realizado em uma escola da rede pública do Distrito Federal, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), noturno, localizada na Cidade Estrutural. Destacou-se, com o desenvolvimento do projeto, a importância de envolvimento dos estudantes nas discussões sobre a violência contra a mulher, de modo a contribuir para a sua tomada de consciência e ressignificar o conhecimento adquirido no contexto escolar, possibilitando-lhes a transformação das realidades de seu meio social.

O sétimo relato, **Cultura de paz: Um caminho em busca da educação de qualidade**, de Isabel Batista de Moura, Dilma Rodrigues de Oliveira, Angela Maria da Natividade Ribeiro e e Simone Alves Hahn, descreve a trajetória do CEF Jardim II, demonstrando as transformações ocorridas nesse período, relatando experiências e resultados de um trabalho feito em equipe na busca por transformações em todos os sentidos. A partir do momento em que se iniciou um trabalho focado na disciplina e no respeito observou-se mudanças significativas, tanto no ambiente como na aprendizagem.

O oitavo relato, **Intervalo: Processos de uma aluna professora**, de Luciellen de Castro Costa, trata sobre o processo de criação do curta metragem “Intervalo”, que teve como dispositivo de criação o tema bullying, produzido por alunos do 8º ano de uma escola pública do Riacho Fundo I.

Em seguida, encerramos com o dossiê temático **Educação para o Trânsito**, nos Cadernos RCC. Realizado em parceria com o Detran/DF, esta seção especial traz o desenvolvimento de temáticas de mobilidade urbana e paz no trânsito nas diversas etapas e modalidade da Educação Básica, bem como expõe a experiência do Detran/DF na condução de iniciativas e projetos educacionais em meio à temática da paz no trânsito. ■